

O Boletim Informativo da Divisão de Biblioteca atendendo a sugestões, traz uma nova seção "Espaço do servidor". Nele teremos poemas, poesias, crônicas, artigos científicos de autoria de magistrados e servidores!

Desejamos a todos uma boa leitura!

Divisão de Biblioteca
Equipe:
Elaine Ribeiro
Felicidade de Fátima
Josiane Neves
Lanalucia Figueiredo

Contato: 32053351
E-mail: biblioteca@tjpa.jus.br
Facebook: bibliotecaTJPA

Visite nossa página:
<http://portalinterno/PortalInterno/institucional/Biblioteca/13235-Acontece.xhtml>

Você Sabia?

"A Carta Régia de 28 de agosto de 1758, com jurisdição ampliada em 1761, instalou uma Junta de Justiça do Pará, órgão recursal colegiado de nível inferior às Relações. A providência foi tomada durante o Vice-Reinado para superar as dificuldades de acesso para que os recursos das Províncias do Norte chegassem à Relação da Bahia"

PARÁ. Tribunal de Justiça. **Tribunal de justiça do Estado do Pará**: 140 anos. Belém: Tribunal de Justiça, 2014. 249p.

INSTITUCIONAL

Normas selecionadas do **Diário da Justiça** no período de **18 a 31 de julho**, para cadastro na base da Biblioteca:

Emenda Regimental nº 03/2016- Altera os artigos 30, 105, 133, 139, 234, 238, 270 e **revoga** o artigo 240 do **Regimento Interno do Tribunal de Justiça**, aprovado pela Resolução n.º 13, de 11 de maio de 2016.

Resolução nº 20/2016- Aglutina as **Regiões Judiciárias** redefinidas pela Resolução nº 17/2007-GP, modificada pela Resolução nº 010/2013-GP, para efeito exclusivo de regionalização de magistrados substitutos. (**Republicada por omissão de anexo**).

Resolução nº 24/2016- Altera os incisos III e V da Resolução n.º 21/2006-GP, estabelecendo o **deslocamento de jurisdição agrária** da localidade de **Piçarra**, pertencente à **Comarca de Redenção - PA**, para a **Vara Agrária de Marabá - PA**.

Resolução nº 25/2016- Dispõe sobre a concessão de **licença-paternidade** aos membros e servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Alteração da Súmula nº 6- Enunciado sumular passou a ter a seguinte redação:

SÚMULA Nº 6: "A alegação de hipossuficiência econômica configura presunção meramente relativa de que a pessoa natural goza do direito ao deferimento da gratuidade de justiça prevista no artigo 98 e seguintes do Código de Processo Civil (2015), podendo ser desconstituída de ofício pelo próprio magistrado caso haja prova nos autos que indiquem a capacidade econômica do requerente".

Portaria Conjunta nº 001/2016- Dispõe sobre o **repasse dos valores da antecipação das despesas** das diligências dos **oficiais de justiça** previstas na Tabela de Taxas Judiciárias, custas Judiciais e Despesas Processuais da Lei de Custas.

Portaria nº 3142/2016- Institui o roteiro de **gestão de projetos** no Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA).

Legislação Seleccionada

FEDERAL

Lei nº 13.312, de 12 de julho de 2016- Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para tornar obrigatória a medição individualizada do consumo hídrico nas novas edificações condominiais. [Clique aqui](#)

Lei nº 13.313, de 14 de julho de 2016.- Altera as Leis nºs 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento; 12.712, de 30 de agosto de 2012; 8.374, de 30 de dezembro de 1991, que dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por embarcações ou por sua carga; e 13.259, de 16 de março de 2016, para dispor sobre a dação em pagamento de bens imóveis como forma de extinção do crédito tributário inscrito em dívida ativa da União. [Clique aqui](#)

Lei nº 13.315, de 20 de julho de 2016- Altera as Leis nºs 12.249, de 11 de junho de 2010, 9.779, de 19 de janeiro de 1999, e 9.481, de 13 de agosto de 1997, para dispor sobre a incidência do imposto de renda retido na fonte sobre remessas ao exterior de valores destinados à cobertura de gastos pessoais, à promoção de produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros e de rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão. [Clique aqui](#)

Lei nº 13.317, de 20 de julho de 2016- Altera dispositivos da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União, e dá outras providências. [Clique aqui](#)

Decreto nº 8.816, de 20 de julho de 2016- Regulamenta a Lei nº 13.284, de 10 de maio de 2016, para dispor sobre a reserva de assentos para pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida. [Clique aqui](#)

Decreto nº 8.820, de 22 de julho de 2016- Dispõe sobre a antecipação do abono anual devido aos segurados e aos dependentes da Previdência Social, no ano de 2016. [Clique aqui](#)

ESTADUAL

Decreto nº 1.585, de 19 de julho de 2016- Institui no âmbito da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, o Grupo de Trabalho para planejar, coordenar e articular medidas de segurança e preservação da ordem pública durante a realização do XVII Congresso Eucarístico Nacional, que se realizará em Belém - PA de 15 a 21 de agosto de 2016, e dá outras providências. [Clique aqui](#)

Notícias Seleccionadas

STF

Associações pedem que servidores do MP tenham direito a advogar. [Leia mais](#)

Lei que inclui notários em regime de previdência de servidores do MS é questionada em ADI. [Leia mais](#)

Mantida decisão do TRF-1 que garante fornecimento de fraldas a pessoas com deficiência. [Leia mais](#)

Dupla incidência do IPI na importação para revenda é tema de repercussão geral. [Leia mais](#)

Coletânea do STF sobre Direito Penal e Processual Penal ganha versão eletrônica. [Leia mais](#)

STJ

Guarda compartilhada de menor é negada em caso de desentendimento dos pais. [Leia mais](#)

Guarda compartilhada de filhos está sujeita também a fatores geográficos. [Leia mais](#)

Compensação de débitos com precatórios vencidos somente é possível com lei. [Leia mais](#)

Aprovado obtém direito à posse em cargo ocupado por candidato com nota inferior. [Leia mais](#)

Atuação de juiz não está restrita a fundamentos indicados pelas partes. [Leia mais](#)

Denunciado por crime de injúria racial não consegue trancar ação no STJ. [Leia mais](#)

MPPA

Ministério Público instala primeira câmara técnica no interior do estado. [Leia mais](#)

Reclamações de poluição ambiental nos balneários podem ser encaminhadas ao MP. [Leia mais](#)

Obras Disponíveis no Acervo da Biblioteca

Acervo Jurídico



Acervo Projeto Leitura Livre



Espaço do Servidor

Servidor, agora você tem um espaço no Boletim Informativo, para compartilhar textos literários, artigos científicos de sua autoria!

Colabore conosco na disseminação do conhecimento!

Contato

E-mail:
biblioteca@tjpa.jus.br

Pintura

a semana começou com um céu nublado
você viu?

eu fui perseguida por sete folhas secas de calçada

nesses dias eu alfabetizei o vento porque ele tem voz então deveria escrever poema e recitar

acho feliz casa com calçada e cheiro de café se houver um jardim de flor na frente e passarinho às quatro da tarde resplandece



A servidora Ana Patrícia Ferreira Rameiro trabalha no Fórum Cível, participou do 1º Concurso de Poesias do Dia das Mães do Tribunal de Justiça do Pará, conquistando o 1º lugar.

Ana Patrícia, gentilmente, aceitou nosso convite para participar da seção “Espaço do Servidor”, com a poesia *Pintura!*

EVENTO



SPDIJ

2º SEMINÁRIO PARAENSE
DE DOCUMENTAÇÃO E
INFORMAÇÃO JURÍDICA

“Diálogos entre Ciência da Informação e Direito: um olhar interdisciplinar sobre a importância da organização de ementas jurisprudenciais”

DATA: 26/08/2016

Local: Auditório do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região – TRT8.

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES

<https://goo.gl/HY1Vsj>

(91) 989928698

lucivaldobarros@gmail.com

Em Foco

Advogado do RS é condenado por criticar servidor do Judiciário em petição.

Servidor que se sente ofendido por advogado em petição tem direito à reparação por danos morais devido à violação dos seus direitos de personalidade, garantidos no artigo 5º, inciso X, da Constituição. Por comprovar essa situação, a 2ª Turma Recursal Cível dos Juizados Especiais Cíveis do Rio Grande do Sul. [Leia mais](#)